

A obra de Talcott Parsons

Falar do funcionalismo do século XX é sobretudo falar da obra de Talcott Parsons e da sua sociologia estrutural-funcionalista que, de finais da década de 30 a meados da de 60, foi a sociologia dominante nos EUA e no conjunto do mundo ocidental (ver caixa — *Talcott Parsons: Nota Biográfica*). Referiremos o programa de Parsons tal como enunciado na obra de 1937 (*The Structure of Social Action*) e mencionaremos depois as reformulações apresentadas nas obras de 1951 (*The Social System* e *Towards a General Theory of Action*).



Talcott Parsons: Nota Biográfica

Talcott Parsons nasceu a 13 de Dezembro de 1902, em Colorado Springs, Colorado, EUA, tendo sido o quinto e último filho de Edward Smith Parsons e Mary A. Ingersold Parsons (ambos nascidos em 1863). A sua família, originária do Nordeste dos EUA, tinha-se mudado em virtude de o seu pai, um pastor da Igreja Congregacionista, ter sido colocado como missionário no Oeste. Edward Parsons foi professor de inglês, deão do Departamento de Artes e Ciências e vice-presidente da Universidade do Colorado, ligada à Igreja Congregacionista. Os pais de Parsons estiveram envolvidos em vários movimentos de reforma moral e reorganização social, de cunho liberal e progressista.

Em 1918, na sequência de conflitos profissionais, a família regressa à Costa Leste, aceitando Edward Parsons um lugar no *Young Mens Christian Association* (YMCA), em Nova Iorque. Como resultado desta última mudança, o jovem Talcott pôde terminar os estudos secundários num prestigiado liceu, filial da *Columbia Teachers College*, e ingressar em seguida na *Amherst College*, considerada pelo *New Republic* mais rica em «vida intelectual» do que qualquer outra universidade à época. Esse acontecimento «não só mergulhou Parsons em várias correntes vigorosas do pensamento contemporâneo, como marcou a sua maneira de pensar com uma (...) tendência para considerar as ideias com que ele pessoalmente travava conhecimento nos locais vizinhos como sendo aquelas que mais valia a pena considerar, e aquelas que marcariam a época» (Parsons, 1991: XII). Nesta universidade teve aulas com Alexander Meiklejohn, o qual trouxera àquele meio a convicção de que o conhecimento humano se tomara «mais uma colecção de observações dispersas do que um entendimento

delas» e a sua profunda crença de que chegara «o tempo para uma reconstrução, para uma nova síntese» que infundiria à «civilização industrial» o sentido e o propósito que se teriam perdido «por entre... as dúvidas e as divergências dos homens... hoje» (Meiklejohn, cit. *id.*, *ibid.*: XII). Concluída a licenciatura em Amherst (*magna cum laude*), Parsons decidiu contactar com os meios universitários europeus.

Em 1924 foi para a *London School of Economics*, atraído pelas aulas de Harold Laski e Richard H. Tawney, ligados ao Partido Trabalhista britânico. Aí trabalhou também, entre outros, com Edwin Cannan (economista proto-institucionalista e crítico da obra de Alfred Marshall) e L. T. Hobhouse, primeiro professor britânico de sociologia. No ano seguinte rumou a Heidelberg, «ainda o maior centro intelectual do mundo académico alemão» (Parsons, 1991: XX), onde a influência de Max Weber, morto poucos anos antes, era vivíssima, sendo mantida, entre vários discípulos, por Marianne Weber, cujas sessões Parsons frequentou. Aqui teve aulas com, entre outros, Karl Mannheim, Alfred Weber e Karl Jaspers. A sua tese de doutoramento, orientada pelo economista Edgar Salin, foi um exame crítico da principal literatura alemã sobre o tema do capitalismo, essencialmente as obras de Marx, Sombart e Weber. O júri era composto por Salin, Jaspers, Alfred Weber e o historiador Willy Andreas. A apresentação oral e defesa teve lugar em 29 de Julho de 1927, sendo a tese aprovada com *sehr gut*. No Outono desse ano, Parsons regressou aos EUA, começando a leccionar no centro do pensamento económico ortodoxo naquele país, o *Department of Economics da Harvard University*. Aí, apercebendo-se de que a sua formação em teoria económica estava afastada das correntes dominantes, viu-se obrigado a reforçar, a título particular, o seu domínio daquela disciplina. Manteve posições próximas da «escola institucionalista».

Na Universidade de Harvard permaneceu Parsons o resto da sua vida, embora tenha mudado de departamento várias vezes. A sua progressão inicial foi lenta, bem mais do que os seus antecedentes académicos podiam fazer pensar. O ascendente de que na altura gozava Pitirim Sorokin no Departamento de Sociologia fez-lhe sombra durante muito tempo. Acerca desses anos escreve Robert Merton, que foi discípulo de ambos: «Da primeira geração de estudantes graduados que vieram para Harvard (...) nenhum veio estudar com Talcott. Dificilmente poderiam fazê-lo, por uma razão muito simples: em 1931, ele não tinha qualquer identidade pública como sociólogo. Embora nós, estudantes, viéssemos estudar com o afamado Sorokin, uma pequena parte de nós ficou a estudar com o desconhecido Parsons» (cit. Ritzer, 1992: 241). Só em 1939 (dois anos depois da publicação de *A Estrutura da Acção Social*) obteve Parsons uma posição definitiva. Depois disso, todavia, o seu ascenso tomou-se vertiginoso, enquanto Sorokin era relegado para uma posição marginal: viria a morrer em 1968, asseverando que Parsons lhe roubara as ideias principais (Ritzer, 1992: 205). Em 1944 Talcott Parsons foi nomeado presidente do Departamento de Sociologia. Dois anos

depois, viria também a presidir ao recém-criado Departamento de Relações Sociais, que tinha uma vocação interdisciplinar, sendo frequentado por especialistas em várias ciências sociais. Em 1949 foi eleito presidente da *American Sociological Association*. Durante a década de 50, graças à publicação de obras como *O Sistema Social, Para uma Teoria Geral da Acção* e outras, tomou-se a figura dominante da sociologia norte-americana. Na década seguinte, todavia, esse domínio foi severamente criticado pelos emergentes sectores radicais daquela sociologia.

A teoria parsoniana «foi vista como altamente conservadora e pouco mais do que um elaborado esquema de categorização» (Ritzer, 1992: 240), e a sua importância institucional decresceu inquestionavelmente. Parsons faleceu em 1979. Durante a década de 1980, entretanto, o interesse pela sua obra recrudescer, influenciando quer teóricos conservadores quer outros, incluindo neomarxistas como Jurgen Habermas. Independentemente das suas inclinações políticas, poucos sociólogos hesitariam em subscrever a opinião de Merton quando este escreveu: «A morte de Talcott Parsons marca o fim de uma era em sociologia. Quando (uma nova era) começar... será certamente fortificada pela grande tradição de pensamento sociológico que ele nos deixou» (cit. Ritzer, 1992: 241). ■

A Teoria Voluntarista da Acção

O projecto de Parsons na obra de 1937 consiste essencialmente num comentário e numa reinterpretação das obras de quatro teóricos europeus (economistas e sociólogos) da viragem de século: Marshall, grande moralista inglês da classe média; Durkheim, judeu alsaciano, radical, anticlerical e professor de francês; Pareto, retraído e sofisticado nobre italiano; e, finalmente, Weber, membro da mais cultivada alta classe média alemã, que cresceu no ambiente do idealismo alemão e se educou nas escolas históricas do direito e da economia» (Parsons, 1968 I: 47). Apoiado nas concepções destes quatro estudiosos, Parsons procura depois expor uma sùmula ou síntese da sua autoria, com base na qual, supostamente, a teoria social do século XX poderá superar as limitações observáveis nas tendências principais do século XIX. Essas limitações têm o nome de ismos: empirismo, positivismo, utilitarismo, materialismo. Referem-se, por outro lado, menos a escolas organizadas do que a tendências difusas, em boa medida correspondentes àquilo que Tocqueville (ver Capítulo 5) considerou a mentalidade típica norte-americana (Gouldner, 1973).

De Alfred Marshall e de Vilfredo Pareto retém, sobretudo, a discussão a que estes autores procedem daquilo que Parsons considera ser a incoerência e a instabilidade da filosofia utilitarista (mais ou menos difusa) implícita na teoria económica académica, em particular o marginalismo da escola neoclássica. Se a generalidade dos economistas, a corrente principal de entre eles, considerava ser a determinação das preferências dos agentes económicos

um problema, por definição, mesmo, exterior à análise (limitando-se esta a tomar como factos as preferências manifestas), já Marshall, pela explícita consideração do problema colocado pelo reconhecimento de *virtudes* como «a energia, o espírito de iniciativa, a indústria, a honestidade» (Bourricaud, 1977: 38), apontara no sentido considerado importante por Parsons: a importância dos valores na actividade humana.

Por outro lado, Pareto, embora relegasse esta problemática para a zona do elemento não lógico das acções humanas, fazia também ele intervir uma larga componente não utilitária na explicação das condutas. Se tivermos em conta que, dentro do não lógico, existe um sector que não é redutível nem aos simples erros ou desvios (atribuíveis a idiossincrasias) relativamente à estrita racionalidade, nem a determinações físicas ou biológicas, nem aos instintos, nem aos interesses, então estamos em condições de falar com propriedade de um sector social do não-lógico, o qual é constituído pelas crenças e pelas preferências colectivas. Para pôr em evidência este carácter propriamente social, Parsons apoia-se na noção de utilidade social que Pareto parece autorizar: «A ofemilidade de uma colectividade não existe, mas podemos de uma maneira rigorosa conceber a utilidade de uma colectividade» (Pareto, cit. Bourricaud, 1977: 39). Em suma, à visão da sociedade característica da análise económica, que parece considerar esta uma aglomeração de indivíduos, poderíamos assim contrapor uma outra que a tomasse como uma unidade dotada de coerência. Na condição, bem entendido, de que, «em vez de considerarmos a acção social uma mera agregação de preferências individuais, saibamos aí reconhecer sistemas de valores» (Parsons, cit. Bourricaud, 1977: 39).

Quanto a Émile Durkheim, apesar da sua ligação à tradição positivista, é interpretado por Parsons no sentido da valorização do elemento moral que, segundo o autor francês, caracterizaria os factos sociais. Assim, apesar de estes serem definidos *como coisas*, impondo-se objectivamente aos indivíduos (o que, na obra de Durkheim, vale por um convite a que se proceda ao seu estudo rigoroso e desapaixonado), a verdade é que, como Parsons faz questão de frisar, a normal existência duma sociedade só é, para Durkheim, possível na medida em que as obrigações sejam, de certo modo, interiorizadas pelos indivíduos, isto é, sentidas por estes como obrigações morais.

Não se trata pois, essencialmente, de um constrangimento concebido como força física, mas como elementos normativos que (pelo menos em parte) moldam o indivíduo, do qual constituem o *superego* em sentido psicanalítico (freudiano). É, de resto, o que a permanente insistência de Durkheim no tema da disciplina moral e da sua absoluta necessidade (mais ainda no caso da solidariedade orgânica, quando a consciência colectiva enfraqueceu) não faz senão confirmar. Em suma, embora o trajecto fosse outro (Durkheim não parte do utilitarismo do raciocínio dos economistas e, por isso, não necessita da categoria do não lógico), as suas conclusões seriam perfeitamente compatibilizáveis com as de Pareto:

E a este *para além* do cálculo, irreduzível ao lógico experimental como ao contínuo, um e outro chamam sociedade. Ao fim e ao cabo, a convergência entre Durkheim e Pareto verifica-se em torno daquilo a que Parsons chama o *teorema sociológico* (...), quer dizer, a afirmação do carácter irreduzível da realidade social, relativamente às suas determinantes e às suas condições (Bourricaud, 1977: 40-41).

De Max Weber, enfim, Parsons retém desde logo aquilo que considera ser a orientação anti-materialista e antiutilitarista na explicação de um fenómeno como o capitalismo: os *estímulos* de Max Weber e de Werner Sombart, pela importância atribuída por ambos ao problema da explicação materialista (sobretudo marxista) do capitalismo (Parsons, 1991). Para além deste aspecto da sua obra, Weber tornara-se também notado pela grande ênfase que colocara, nas discussões metodológicas em que estivera envolvido, na necessidade de construção de quadros de análise de suficiente generalidade para permitirem a comparação de diferentes sociedades. Apesar da sua tendência para colocar o acento na singularidade de todo o indivíduo histórico, Weber teria dessa forma escapado ao perigo representado pelo intuicionismo de Dilthey, que tornava toda a comunicação e todas as comparações impossíveis. É a lição de um individualismo moderado (que por isso evita os escolhos do intuicionismo e os impasses de um puro existencialismo) e de um antimaterialismo que também não chega propriamente ao idealismo (uma vez que os valores não são concebidos como produzindo pura e simplesmente a realidade social) o que, em essência, Parsons aparentemente retira da obra de Max Weber.

De todos estes autores parece, entretanto, desprender-se uma concepção a que Parsons chamou voluntarista (*voluntaristic*) da acção. É o que ele opõe muito claramente às *tendências behaviouristas*, que concebem a acção humana essencialmente como uma resposta a estímulos materiais. Se a acção humana não é, assim, uma mera coisa material estudável do ponto de vista de um esquema estímulo-resposta, é porque ela é orientada, dotada de sentido. Estas considerações (que o aproximam dos psicólogos da *Gestalt* e de Kurt Lewin) levaram Parsons à procura do que considerou o *unit act*: a unidade elementar é a unidade mais pequena concebível como existindo por si própria (Parsons, 1968 I: 67). O que se traduz em afirmar que ela deverá ter um sentido para o actor (mesmo que diferente do que o observador lhe atribui) e lhe pode ser imputado um certo número de efeitos práticos (ainda que diferentes dos objectivos do actor) (Bourricaud, 1977: 48).

Estes actos elementares são concebidos como ligados em rede: «Cada acto concreto é um nó de fios que vêm cruzar-se para se separar logo depois, cada um dos fios combinando-se para compor outros nós, com os quais se combina apenas um pequeno número de fios aos quais o fio em questão estava inicialmente ligado» (Parsons, cit. *id.*, *ibid.*: 49).

Assim, este conceito faz simultaneamente apelo à noção de sistema, concebido como rede de relações. A unidade elementar não seria um átomo (se a utilização desse termo quer sugerir que a sociedade se reduz às interações fisicamente observáveis dos actores). A sua consideração resultaria apenas da necessidade de levar em conta o sentido da acção, o que obriga a tomar o próprio «nó de relações» como a dita unidade elementar. Neste sentido também, o sistema de acção surgiria ao actor como um conjunto de constrangimentos ou «meio» externo no qual ele age «mas que, apesar de constituído por unidades elementares, não é redutível à sua soma» (Bourricaud, 1977: 49-50).

As duas propriedades emergentes dos sistemas são, segundo Parsons opina a este respeito, por um lado as relações sociais, quer dizer, as expectativas que se impõem aos actores nas suas relações mútuas, por outro, os próprios grupos, ou seja, a maneira como é instituída e preservada a própria coesão do conjunto (isto é, a maneira como o «problema da ordem» é resolvido em termos práticos). A chave da manutenção da dita ordem é proposta pelo próprio Parsons desde esta altura: «A sociologia é uma teoria analítica dos sistemas de acção social, na medida em que os referidos sistemas podem ser compreendidos como constituindo uma integração pelos valores comuns» (Parsons, cit. *id.*, *ibid.*: 50).

A Teoria Geral dos Sistemas

Tal como já escrevemos neste capítulo, a análise sistémica foi desenvolvida essencialmente como uma tentativa de superação do que foi em grau crescente considerado o carácter limitado da física convencional e a sua incompatibilidade com as aquisições da biologia. De uma maneira muito geral, a palavra «sistema» já foi definida como «conjunto de partes interactuantes». Do conceito faria, assim, parte, desde logo, a noção de diferenciação, bem como a de interacção (ou interdependência). É o facto de as partes serem interactuantes que as constitui em sistema, isto é, em algo mais do que um simples conjunto ou agregado. Assim, a noção de sistema resulta em algo muito próximo das de *gestalt*, organismo, forma, etc. — em suma, da noção de totalidade: algo que é mais do que a simples soma das partes.

Esta noção de totalidade impõe, por outro lado, a de finalidade: todos os sistemas são direccionados, implicam uma teleologia. Falar de teleologia é, como vimos, falar de uma causalidade diferente da mera causalidade mecânica a que a física tradicional se acostumara e, com a moderna análise sistémica, essa noção veio intimamente associada à de informação: a par da sua consideração do ponto de vista da energia, a realidade foi, pois, progressivamente concebida como informação.

Foram as noções da teoria da informação, em particular a noção de retroacção (*feedback*), estreitamente associada à de equifinalidade, que tornaram possível a consideração do conceito de neguentropia, a par do de entropia. Expliquemo-nos melhor: se é caracterís-

Capítulo

tica de todos os sistemas a sujeição à lei da entropia (segundo princípio da termodinâmica), se todos os sistemas observam, por outro lado, a propriedade da finalidade, é traço distintivo dos sistemas abertos a observância quer da equifinalidade quer de comportamentos adaptativos como a retroacção. São estes que permitem a neguentropia. Por equifinalidade referimo-nos à capacidade para atingir um mesmo estágio final a partir de diferentes estádios iniciais. Quanto à retroacção, é um comportamento auto-regulador que respeita em particular à manutenção da homeostasia (preservação por adaptação do equilíbrio de um determinado organismo). Mais genericamente, todavia, a regulação pode ser considerada quer sob a forma das regulações ditas primárias (ou dinâmicas) quer das secundárias (ou mecânicas). São as primeiras que sobretudo apelam à noção de sistema aberto. As regulações mecânicas referem-se a arranjos fixos e podem, por isso, ser produzidas pelas dinâmicas, mas não produzi-las. Os sistemas abertos, como é o caso com os organismos vivos, são, pois, capazes de criação e de inovação — daquilo a que poderíamos, em suma, chamar auto-enriquecimento ou complexificação crescente (neguentropia).

A análise sistémica propõe-nos, em síntese, um quadro teórico de referência que nos leva a pensar a realidade como organização. Noções como as de totalidade, crescimento e diferenciação, ordem hierárquica e comando, conflito, complementaridade e competição são características de toda a organização, seja a de um ser vivo, seja a de uma sociedade. À reconciliação da física com a biologia, a análise sistémica acrescentaria assim uma correcta articulação desta última com as ciências sociais. Foi como contributo para a unidade da ciência que ela se concebeu desde o início e foi assim que, em geral, as teorias sociológicas a receberam (Bertalanffy, 1975). ■

A noção de sistema virá a adquirir uma importância ainda maior nas obras posteriores de Parsons. Recolhida de início sobretudo como uma influência de Pareto, ela assume, tal como na obra deste último, essencialmente o valor de interdependência e de diferenciação. Tomadas enquanto sistemas, as sociedades devem ser consideradas compostas por vários elementos (os «nós»), que interagem e se condicionam reciprocamente (os «fios»). Esta ideia de uma simultânea diferenciação e interdependência irá, contudo, ser progressivamente re-elaborada em função de vários outros contributos teóricos.

De entre o léxico parsoniano, tal como ele é exposto na obra de 1937, assumem igualmente uma importância decisiva, para além da noção de sistema, as de estrutura e de função. A maneira como cada um destes conceitos é exposto faz um apelo directo à metáfora biológica. Parsons põe, na verdade, a noção de estrutura a par da de anatomia (ou de morfologia), e a de função em paralelo com a de fisiologia (Parsons, 1968 I: 76-77). A estrutura seria, assim, aquilo que poderíamos expressar como «a maneira como isto está disposto» e por função entender-se-ia «a maneira como isto opera». Nas obras da década de 50, Parsons

manterá esta distinção crucial (fazendo corresponder o conceito de estrutura ao de uma «componente estática» e o de função ao de uma «componente dinâmica»), a qual permite, curiosamente, aproximá-lo de Comte. A estrutura de um sistema seria, assim, a sua «parte estável» aquilo que permaneceria para além das mudanças. As referências à função viriam, pelo contrário, chamar a atenção para o lado «operacional», «integrador» ou «dinâmico» do sistema, o que complementaria a primeira parte da análise (Parsons *et al.*, 1965: 31-37). Voltaremos à discussão destes assuntos (ver à frente, neste Capítulo).

A Teoria Social Sistémica

É nas obras da década de 50 que a teorização parsoniana conhece uma elaboração que conduz ao que poderíamos considerar as formulações definitivas do *estrutural-funcionalismo*. É nestas obras, também, que as aquisições da teoria dos sistemas são, de uma forma patente e bem marcante, integradas na análise sociológica académica, em particular americana:

(...) a noção de sistema é de uma importância decisiva. Constrói-se sobre um triplo jogo de analogias: económicas, biológicas e cibernéticas. Mas a noção de sistema social preserva a sua especificidade. Com efeito, uma sociedade não é nem um mercado, nem um organismo, nem um servomecanismo ou um termostato. Da referência económica Parsons retira a ideia de que o sistema social deve ser tratado como uma rede de trocas interdependentes. Da analogia biológica decorre uma ideia de regulação por simbiose entre um meio interno e um ambiente externo. A analogia cibernética sublinha a importância do simbolismo e da informação nos controlos sociais. A conciliação destas diferentes vistas é assegurada pela noção de acção ou de interacção, que associa a noção de interdependência estratégica, de regulação adaptativa e de hierarquia simbólica (Bourricaud, 1977: 52-53).

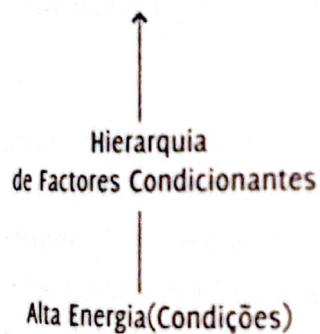
De acordo com Parsons, a acção humana desenvolve-se simultaneamente em quatro contextos analiticamente diferenciados: cultural, social, psicológico e biológico. Cada um destes contextos pode ser concebido como um sistema. Este autor refere-se, portanto, àquilo a que chama o «sistema geral da acção» considerando-o dividido em quatro subsistemas (a que, por comodidade de expressão, nos referiremos apenas como sistemas), correspondentes aos quatro contextos mencionados. Estes quatro sistemas estão hierarquizados pela ordem referida, cada um deles regulando os que se situam «abaixo» dele na hierarquia cibernética. De acordo com Parsons podemos falar, na verdade, de duas hierarquias simétricas: uma de informação, e a outra, de energia. O sistema cultural tem o máximo de informação e o mínimo de energia, verificando-se com o sistema biológico exactamente o oposto, um mínimo de informação e um máximo de energia. Como é óbvio, as posições relativas dos dois outros sistemas são intermédias.

Cada um destes sistemas está em correspondência exacta com o que Parsons chamou os «imperativos funcionais» estabilidade normativa (*pattern maintenance, latency*), integração, prossecução de objectivos (*goal attainment*) e adaptação. Assim, considerados enquanto partes do sistema geral da acção, ao sistema cultural corresponde a estabilidade normativa; ao sistema social corresponde a integração; ao sistema psicológico (ou da personalidade), a prossecução de objectivos, e ao sistema biológico, a adaptação. Estes imperativos funcionais podem ser definidos do seguinte forma:

1. Adaptação: um sistema tem de lidar com exigências situacionais externas. Tem de adaptar-se ao seu ambiente e adaptar o ambiente às suas necessidades;
2. Prossecução de objectivos: tem de definir e alcançar os seus objectivos primários;
3. Integração: tem de regular o inter-relacionamento das suas partes componentes. Também tem de gerir o relacionamento entre os outros três imperativos funcionais;
4. Estabilidade normativa: tem de fornecer, manter e renovar quer a motivação dos indivíduos quer os padrões culturais que criam e mantêm a motivação (Ritzer, 1988: 87).

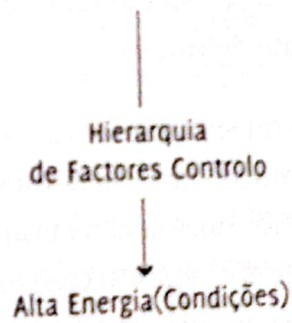
AS DUAS HIERARQUIAS CIBERNÉTICAS DO SISTEMA GERAL DA ACÇÃO

Alta Informação (Controlos)



1. Ambiente da Acção (Realidade Última)
2. Sistema Cultural
3. Sistema Social
4. sistema Psicológico
5. Sistema Biológico
6. Ambiente da Acção (Ambiente Físico e Orgânico)

Alta Informação (Controlos)



Adaptado de Ritzer, 1992: 243.

Em virtude da nomenclatura em inglês, este esquema de correspondências ficou conhecido vulgarmente como esquema AGIL. É assim que passaremos a referi-lo. De forma um pouco menos abstracta, contudo, estes quatro imperativos funcionais também podem ser considerados em correspondência com aquilo que já foi designado (Aberle, in Ritzer, 1988: 85) por requisitos funcionais (igualmente em número de quatro), ou condições básicas da existência de qualquer sociedade, sem o cumprimento das quais todas elas estariam votadas à extinção:

O primeiro factor refere-se às características populacionais da sociedade. A extinção ou dispersão da população desta seria uma clara ameaça à sua existência. Isto ocorreria se a sociedade perdesse população numa escala tal, que as

suas várias estruturas deixassem de ser operativas. Em segundo lugar, uma população apática seria uma ameaça para a sociedade. Embora seja uma questão de grau, na medida em que alguns segmentos da sociedade manifestam sempre pelo menos alguma apatia, num dado momento a população poderia tornar-se apática, que as várias componentes deixariam de operar e, por fim, o conjunto da sociedade acabaria por desintegrar-se. Em terceiro lugar, uma «guerra de todos contra todos» na sua população ameaçaria a existência da sociedade. Um elevado nível de conflito no interior da sociedade acarretaria a intervenção de vários agentes de controlo social que usariam a força para conter o conflito. Os estrutural-funcionalistas acreditam que uma sociedade não pode operar indefinidamente com base na força. Tal como Aberle e os seus colegas afirmam, «uma sociedade baseada somente na força é uma contradição nos próprios termos» (...). Para os estrutural-funcionalistas, uma sociedade mantém-se unida pelo consenso dos seus membros; para eles, uma sociedade que se mantém unida pela força não é sociedade de todo. Finalmente, uma sociedade poderia ser eliminada por absorção por outra sociedade através de anexação, conquista e assim sucessivamente (Ritzer, 1988: 85).

O estudo a que Parsons procede de cada um dos quatro sistemas antes referidos é, naturalmente, condicionado por estas considerações mais gerais. Do sistema social apresenta a seguinte definição:

Um sistema social — reduzido aos termos mais simples — consiste, pois, numa pluralidade de actores individuais que tem, ao menos, um aspecto físico ou de meio ambiente, actores motivados por uma tendência para «obter um óptimo de gratificação» e cujas relações com as suas situações — incluindo os outros actores — estão mediatizadas e definidas por um sistema de símbolos culturalmente estruturados e partilhados (Parsons, 1982: 17).

A própria definição de cada sistema obriga, portanto, obviamente, ao enunciar das relações com os outros e da sua interdependência. Mas deve também notar-se que nas obras da década de 50, Parsons optou pela definição do conceito de papel como unidade básica deste sistema. Assim, o sistema social seria pensado essencialmente como uma rede de actores desempenhando papéis. Esses actores considerados por si seriam, obviamente, um outro assunto: tratar-se-ia, nesse caso, do sistema psicológico ou da personalidade. É na medida em que desempenham papéis que os indivíduos se integram na sociedade e a constituem. Por isso, em rigor, a unidade básica desta (ou do sistema social) é o papel.

Entretanto, se a sua posição hierárquica no sistema geral da acção lhe comete o imperativo funcional da integração, já considerado por si próprio (e não como subsistema de um

sistema mais vasto) o sistema social tem, também ele, de garantir não apenas um, mas todos os quatro imperativos funcionais. A este título Parsons distingue as chamadas «componentes estruturais» valores, normas, instituições (ou colectividades) e papéis. A cada uma destas componentes corresponderia um dos imperativos funcionais, respectivamente a estabilidade normativa, a integração, a prossecução de objectivos e a adaptação (isto é, o esquema AGIL, mas, «lido» a partir do fim). A listagem indicada permite pensar o sistema social como articulado no «topo» (os valores) com o sistema cultural na «base» com o sistema da personalidade (os papéis). Todavia, parece ficar mais ou menos implícita nela uma ideia de regulação do nível «micro» (os papéis, o que implica também os actores) pelo nível «macro» (as instituições, por sua vez reguladas pelos valores e pela concretização destes em regras práticas de conduta — as normas).

Por outro lado, é levado a considerar também o mesmo sistema social como dividido em quatro subsistemas com a seguinte tradução em termos práticos: moral, direito, política e economia. A cada um destes subsistemas volta a corresponder um imperativo funcional de acordo com o referido sistema AGIL.

A adaptação corresponde à economia; as sociedades adaptam-se ao seu meio ambiente «através do trabalho, da produção, da afectação de recursos». A prossecução de objectivos à política, «visando objectivos sociais e mobilizando os actores e os recursos para esses fins». A integração refere-se ao direito, «que coordena as várias componentes da sociedade». A estabilidade normativa respeita à moral, a qual cumpre esse imperativo «transmitindo a cultura (normas e valores) aos actores e permitindo que aquela seja interiorizada por estes» (Ritzer, 1988: 91).

Do ponto de vista do actor individual, de acordo com Parsons, a acção é organizada tendo em conta as seguintes três dimensões distintas: catéxia, cognição, avaliação (*cathexis, cognition, evaluation*). A primeira dimensão refere-se ao elemento afectivo e induz uma relação imediata com os objectos (desejo). A segunda suscita uma atitude prospectiva por parte do actor relativamente ao meio (conhecimento). A terceira dimensão é integradora e um factor de mediação. Visa a definição de uma hierarquia de prioridades (*selective ordering*) que deverá contribuir para a manutenção do ego do actor, da sua integridade física e psíquica.

Já foi observado (Bourricaud, 1977: 69) que, da sua obra de 1937 para as 1951, o vocabulário de Parsons evoluiu no sentido da substituição dos próprios termos de «escolha» e «fim» (*end*), pelos de «objectivo» (*goal*) e «orientação» (ou selecção). Se o primeiro par de termos seria destinado a sublinhar a «subjectividade voluntarista de um decisor» (*id., ibid.: 68*), já o segundo par se refere, pelo menos, a uma ambivalência no que diz respeito à determinação da acção:

O actor visa um fim, mas nada nos diz que ele o atinge, nem que para aí chegar segue os caminhos mais curtos e mais rápidos. Sobretudo «orientação» como

«vector» ou «valência» para Kurt Lewin, sugere que é na própria situação que o actor encontra a ocasião e a matéria das suas escolhas. O sistema social é um conjunto de escolhas referindo-se a orientações que preexistem ao actor. Este não é livre de fazer absolutamente tudo o que quiser, opera no interior de um conjunto de *constrangimentos*. Mas estes constrangimentos não são unidimensionais: e é porque eles se apresentam sob a forma de alternativas, que o actor pode escolher. A acção é, portanto, simultaneamente *constrangimento*, na medida em que ela se refere a dados inscritos na situação, e escolha, na medida em que os dados se apresentam sob a forma de alternativas (*id., ibid.*: 69).

É no contexto destas alternativas que faz sentido considerar as três dimensões atrás referidas e sobretudo a integradora (*evaluation, selective ordering*).

AGIL — SISTEMA GERAL DA ACÇÃO

L	Sistema Cultural	Sistema Social	I
A	Sistema Biológico	Sistema Psicológico	G

AGIL — SISTEMA SOCIAL

L	Moral	Direito	I
A	Economia	Política	G

Todavia, a obra de Parsons tem-se prestado a interpretações ainda menos voluntaristas e mais deterministas. Referem-se estas últimas sobretudo ao que Parsons expôs como conceitos de pulsões (*drives*) e de necessidades-disposições (*need-dispositions*). As pulsões seriam tendências psicológicas inatas e essencialmente inconscientes. As necessidades-disposições, pelo contrário, são disposições psicológicas conscientes e resultariam da socialização dos actores. Expliquemo-nos melhor. Embora o sistema social possa, evidentemente, recorrer à violência como forma última de auto-regulação, um sistema social assente exclusiva ou essencialmente nesta é, como dissemos, considerado impossível. Pelo contrário, os actores devem ser sujeitos a um processo de socialização ou de interiorização dos valores, que, tendo lugar desde a infância, deverá conduzir a uma situação em que aquilo que é considerado desejável por eles corresponda perfeitamente ao que é suposto eles realizarem, à maneira como é suposto que eles se conduzam do ponto de vista da manutenção do sistema social.

Quer dizer, o que os actores consideram desejável deve estar em perfeita correspondência com os conjuntos de expectativas associadas aos papéis definidos. Bem entendido, Parsons distingue três tipos diferentes de necessidades-disposições, em relação estreita com as três dimensões da acção (catéxia, cognição, avaliação):

O primeiro tipo impele os actores a procurar amor, aprovação e objectivos afins, a partir dos seus relacionamentos pessoais. O segundo tipo inclui valores interiorizados que conduzem os actores a observar vários padrões culturais. Finalmente, as expectativas associadas aos papéis conduzem os actores a dar e obter respostas apropriadas (Ritzer, 1988: 93).

Todavia, isso em nada desautoriza esta outra interpretação de um Parsons determinista e, na verdade, subvalorizando o sistema da personalidade, uma vez que os actores parecem ser, assim, ou impelidos pelas pulsões (*drives*), ou dominados pela cultura, ou, ainda, «moldados pela combinação de pulsões e cultura (isto é, pelas necessidades-disposições)» (*id., ibid.*: 93). Em todo o caso, deles sobraria apenas uma imagem de passividade e mera reactividade.

Quer a acção seja considerada essencialmente escolha por parte dos actores (que nesse caso designaríamos de preferência por «agentes»), quer se trate de uma determinação pela sociedade (e assim, no fundo, pela cultura), Parsons considera necessário, no estudo do sistema social, ter presente aquilo a que chama as variáveis de configuração (*pattern variables*). Trata-se de uma série de escolhas a que o actor (ou agente) deve necessariamente proceder para que as situações sejam, para ele, dotadas de sentido. Nessa medida, são também condições lógicas da própria interacção social:

(...) por variável entendemos uma dicotomia, da qual o actor deve escolher um dos termos, previamente a que o sentido da situação seja determinado para ele, e, portanto, antes mesmo de poder agir sobre essa situação. Sustentamos que há apenas cinco variáveis fundamentais (quer dizer, cinco variáveis que derivam do próprio quadro da teoria da acção) e na medida em que a lista é exaustiva, elas constituem um sistema. Enunciemo-las, portanto, e por comodidade atribuamo-lhes um número:

1. Afectividade — neutralidade afectiva;
2. Orientação para a colectividade — orientação para si;
3. Universalismo — particularismo;
4. Adscrição — desempenho;
5. Especificidade — difusividade (Parsons, cit. Bourricaud. 1977: 74-75).

Parsons veio depois a reduzir as variáveis de configuração a quatro, com a supressão da que nesta formulação é a variável (2). Na versão que ficou exposta, considera que as três

primeiras resultam «do facto mesmo de que não existe nenhuma hierarquia dada na natureza biológica do actor» e as duas últimas respeitam «à indeterminação intrínseca dos objectos» (*id., ibid.*: 74). Seja como for, cumpre ainda a este respeito observar que o próprio Parsons reconheceu que a identificação das várias *pattern variables* resultou de um esforço de tipificação apoiado na antinomia comunidade-sociedade de Tönnies, na qual considerou poder distinguir não uma oposição mas várias: «(...) a dicotomia de Tönnies não fornece os dois pólos de uma só variável, mas resulta da confusão de uma pluralidade de variáveis analiticamente independentes» (*id., ibid.*: 79).

Críticas ao estrutural-funcionalismo

Exposto o essencial da teorização parsoniana, procuremos agora enunciar as principais críticas que lhe foram dirigidas sobretudo depois de, por meados da década de 60, o estrutural-funcionalismo ter deixado a posição de paradigma quase incontestadamente dominante na sociologia académica. Eis a lista das principais objecções:

- a) O estrutural-funcionalismo tende para uma análise abusivamente teleológica, supondo (ou postulando) que as realidades estudadas visam fins na verdade inexistentes ou indemonstráveis. Esta crítica resultaria, em substância, em afirmar que se trata nestes casos de um funcionalismo abusivo, através do qual se atribui uma razão de tipo finalista àquilo que não a possui;
- b) Esta atribuição de uma razão vem também, com frequência, associada ao reconhecimento de uma legitimidade, a uma justificação moral da ordem social existente e das suas instituições. O estrutural-funcionalismo sofreria, assim, de um enviesamento conservador. Naturalmente, por comparação com o que foi a sua tradição progressista no século XIX, esta crítica tem uma inegável componente de ironia. O funcionalismo teria, assim, sofrido globalmente uma evolução comparável à do próprio Comte: da legitimação de um processo ter-se-ia passado à de uma forma social, supostamente representando o seu estágio final ou superior. Mas algo de muito afim já foi, de resto, afirmado do próprio Parsons, que, pelos padrões da política norte-americana, teria passado de uma atitude, «liberal», nas primeiras obras, a uma outra, «conservadora» nas obras posteriores a 1945 (Colomy, 1990a);
- c) Estreitamente associada às características anteriormente referidas vem aquilo que podemos enunciar resumidamente como suposição abusiva de homeostasia. O estrutural-funcionalismo propenderia a sobrevalorizar os elementos de equilíbrio e estabilidade da realidade social, desprezando ou olvidando o que ela comporta de conflito e tensão. Por isso, teria dificuldade em explicar a componente de mudança das sociedades humanas, em compreender a sua história, em suma;

- d) O estrutural-funcionalismo tenderia para o que já foi designado por concepção hi-persocializada dos indivíduos (Wrong, 1961). A sua análise levá-lo-ia a pensar estes seriam, assim, considerados passivos, mera matéria plástica que é moldada pela sociedade, o todo, cuja disposição seria, assim, promovida a cerne de todas as explicações. Tratar-se-ia de uma forma abusiva de holismo na teoria sociológica. Por comparação com as preocupações iniciais de Parsons em fazer ressaltar o carácter voluntarista humano, esta crítica também pode ser considerada irónica: a concepção dos seres veementemente repelida apenas para passar a tomá-los ... como «ratos de laboratório» da cultura;
- e) Este holismo é, assim, culturalista, na medida em que o estrutural-funcionalismo atribui à cultura, aos valores, se não a determinação pura e simples das práticas sociais, pelo menos a regulação das mesmas. Na verdade, Parsons chegou a dar do seu trabalho uma definição lapidar, apresentando-se como um «determinista cultural», (Ritzer, 1988: 92). Com isso, o estrutural-funcionalismo teria intempestivamente reaberto a interminável e estéril querela dos determinismos sociais;
- f) Os autores estrutural-funcionalistas (a começar pelo próprio Talcott Parsons) definem de maneira insuficiente e imprecisa muitos dos conceitos que utilizam, como sistema, função, estrutura e outros. Por vezes, usam uma mesma expressão em múltiplos sentidos sem o declararem (e talvez mesmo sem disso se aperceberem). Essas imprecisões são frequentemente sustentadas (é o caso do próprio Parsons) por um estilo pouco claro e desnecessariamente enovelado. O carácter nebuloso da sua escrita propicia, em particular, o vício da tautologia: os autores estrutural-funcionalistas apresentam não raro como conclusões juízos que já estavam implícitos nas premissas de que partiram. Um caso frequente desse vício de raciocínio circular nos escritos dos autores desta corrente é aquele em que se define «o todo em termos das partes, e as partes em termos do todo» (*id., ibid.*: 104). As acusações de tautologia são talvez das que mais frequentemente o estrutural-funcionalismo sofreu.

Naturalmente, estas críticas surgem com frequência «em cacho» um mesmo autor formulando várias, o que, de resto, se compreende facilmente dada a «proximidade» lógica dos temas. Em todo o caso, convirá ter presente a sua distinção.

O caso Mills

O essencial das críticas referidas foi exposto já em 1959 por Wright Mills numa obra (*A Imaginação Sociológica* — Mills, 1982) que teve uma enorme repercussão, vindo o seu autor a

ser considerado alguém que corajosamente (numa altura em que o ascendente de Talcott Parsons era ainda quase absoluto na sociologia dos meios universitários norte-americanos) disse bem alto e claro meia dúzia de verdades ao fim e ao cabo elementares e que só podia considerar-se estranho que não tivessem já sido enunciadas.

De acordo com Mills, a sociologia norte-americana da época estaria a ser vítima de dois vícios simultaneamente opostos e complementares: o que designou por «empirismo abstracto» e a «Grande Teoria» (o parsonismo). De um lado, em suma, a tradição dos trabalhos «empíricos» mais ou menos obcecados com a pura e simples recolha dos «factos». A subcultura associada a este tipo de trabalhos tenderia, em geral, para a autolimitação dos seus executores mediante o que Mills qualificou de «inibição metodológica». Deste género de actividades resultariam, quando muito, teorizações de pequeno (ou pequeníssimo) alcance, em virtude da primazia algo supersticiosa dada à recolha dos «factos» e da sobrevalorização de «picuinhas» metodológicas tão característica dos membros dessa corrente. Assim, a mania monográfica viria neste caso associada a uma esterilização da capacidade teorizadora.

No outro extremo do espectro, a «Grande Teoria» visando a identificação de leis com uma generalidade tão grande, que não deveria admirar o carácter abstracto dos raciocínios dos seus cultores, nem a dificuldade dos leigos em compreendê-los. O problema é que Mills duvida de que Parsons tenha, na verdade, chegado a algo de relevante nesse domínio uma vez que, segundo este autor, a «Grande Teoria» não produziu, até ao momento, mais do que enunciados que, se trocados em miúdos, resultam apenas em generalidades insípidas, em tiradas de senso-comum, na maior parte dos casos de tom conservador. Parsons, em suma, diz de forma retorcida, desnecessariamente complicada, aquilo que, se expresso de forma simples, seria mais preciso, mas também decepcionante, ingénuo, por vezes parcial.

A vacuidade conceptual seria todavia ocultada pela cortina de fumo de um estilo tortuoso e pela aparente grandiosidade do aparato teórico. Tudo isso, como é óbvio, permitia, por um lado, como factor de dissuasão, manter à distância os eventuais opositores, por outro lado entreter intermináveis querelas em torno de subtilezas escolásticas na interpretação dos textos sagrados. Tratar-se-ia, a este último nível, de um verdadeiro «feiticismo do conceito». O êxito institucional do parsonismo teria, assim, ocorrido, não apesar das dificuldades e pouca clareza do estilo e da má definição dos conceitos, mas precisamente graças a elas.

Naturalmente, esta antinomia de «Grande Teoria» e de «trabalho empírico» seria também uma forma de hierarquização. Entre os sábios representantes daquela e os fazedores de monografias estabelecer-se-ia uma hierarquia inegável, estes preenchendo a «base» aqueles ocupando o «topo». Num deserto de teorias (e só mesmo nele) o parsonismo podia ser a teoria inquestionada.